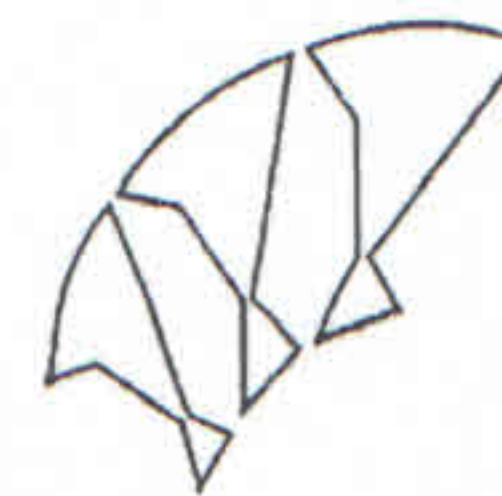


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 53ª Reunião Ordinária – 18/10/2012 - 09h00min SANASA Campinas - Campinas/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AR-ITU	Regina de Fátima Boni Valente (T)
ASSEMAE	Gladis Meiry Matteo (S)
CETESB	Adilson José Rossini (T)
CODEN	Tiago dos Santos Rodrigues (T)
DAAE - Rio Claro	Michelle Cristina Bueno (T)
DAE - Americana	Guilherme Thiago Maziviero (T)
DAE-Jundiaí	Maria Elisabete Mendes Lopes Botan (T)
DAE - S.B.O.	Célia Maria Campos (T)
DAE - Sumaré	Clóvis Urbano dos Reis (T)
DAE - Sumaré	Wilson Sanches Correa (S)
DAEE	Helen Luzia Bressan Damiano (S)
FT/UNICAMP	Maria Aparecida Carvalho de Medeiros (T)
P.M de Itatiba	Wilhelm Wulff Poloni (T)
P.M de Jaguariúna	Maria Tereza Toledo de Lima (S)
SABESP	José Batista Pereira (S)
SANASA	Carolina Rittes Turato Farah (T)

Membros Ausentes sem justificativa	
Entidade	
ABCON	
DAE - Valinhos	
SAAE Ambiental Salto	
SAEAN	

Convidados	
Entidade	Representante
DAEE	Viviane A. S. Rosada
P. M. de Santa Bárbara D'Oeste	Renata T. Leme
SANASA	Maria Carolina Pesconici Filippi
SANASA	Marcio Tonelotti

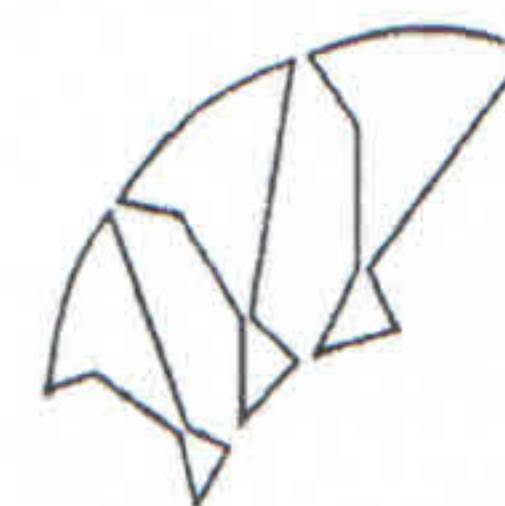
(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 09/10/2012. **2. Abertura da 53ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Célia Maria Campos, Coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento – CT-SA, que informou aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião. **3. Aprovação da minuta da Ata da 52ª Reunião Ordinária:** Apreciação da Ata da 52ª Reunião Ordinária a qual foi aprovada. **4. Palestra Técnica: Apresentação da Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da SANASA:** A Sra. Célia passou a palavra para a Sra. Carolina Rittes Turato Farah, Coordenadora Ambiental da Sanasa, que iniciou sua

apresentação falando sobre o perfil institucional da Sanasa, apresentou um breve histórico sobre o município de Campinas elencando a evolução do abastecimento de água e o tratamento de esgoto da cidade e na sequência entrou na parte propriamente dita do plano. Explicou que a obrigatoriedade da elaboração do plano se deu pela necessidade de atender a Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei 12.300/2006 - Política Estadual de Resíduos Sólidos. Informou que os objetivos gerais do plano é estabelecer a não geração e a redução dos resíduos, a reutilização, a reciclagem e a adoção de tratamento dos resíduos sólidos industriais, bem como destinação e disposição ambientalmente adequadas dos mesmos e os objetivos específicos são identificação dos resíduos sólidos e unidades geradoras, classificação dos resíduos sólidos, elaboração do diagnóstico sobre manejo, destinação e disposição final dos resíduos sólidos, elaboração de ações corretivas para o gerenciamento dos resíduos sólidos, estabelecimento de metas para minimização da geração, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos e a implementação de ações concebidas. Proferiu sobre o conteúdo mínimo do diagnóstico de resíduos sólidos do plano: origem dos resíduos; volume dos resíduos; caracterização dos resíduos; formas de destinação e disposição final. Informou também que o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos contemplou aspectos referentes à geração, à segregação, ao acondicionamento, ao armazenamento, à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final dos resíduos sólidos. Mostrou, em tabelas, o levantamento realizado da subdivisão da Sanasa em setores, de acordo com a classificação e quantidade de geração de resíduos específicos: Setores administrativos, Setores de Medicina do Trabalho e Prevenção e Saúde Bucal, Setor de Manutenção, Setor de Micromedição, Setor de Obras, Setor de Transportes, Laboratórios de análises dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário (ETE, ETEM, EEE, PRE, EPAR) e Setor de Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos. Explicou que a classificação dos resíduos foi embasada pela Norma ABNT NBR 10004/04 e, também, pelo Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação – Apoiando a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: do Nacional ao Local, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI – Brasil). A Sra. Carolina informou que o prognóstico dos resíduos sólidos da Sanasa foi subdividido em dois tópicos: Ações Corretivas e Metas. As ações corretivas propostas pelo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos são: Inclusão de resíduos no programa de logística reversa, Estudos de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-SA: CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO Ata da 53ª Reunião Ordinária – 18/10/2012 - 09h00min SANASA Campinas - Campinas/SP

viabilidade de tecnologias disponíveis para o tratamento de lodo de ETA e ETE para a disposição final ambientalmente adequada, Criação de plano de controle para manejo de resíduos sólidos – rastreabilidade, Criação de procedimentos internos para adequada segregação e acondicionamento dos resíduos da coleta seletiva e da logística reversa e Capacitação de equipe técnica para definir os futuros tratamentos dos lodos provenientes das Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE). As metas propostas pelo plano são: Reduzir os resíduos e rejeitos gerados para posterior disposição final ambientalmente adequada, Disseminar a educação ambiental nas escolas, referentes ao sistema de abastecimento de água e ao uso racional da água, e Ampla divulgação de conceitos gerais sobre coleta seletiva e logística reversa dos resíduos gerados pela população – Programa “Minha Escola na SANASA”. Terminou sua apresentação concluindo que a fase atual em que se encontra o plano está na formação de comissão técnica para a realização de estudos e avaliação de tratamentos para destinação e disposição final ambientalmente adequada de lodos de ETA e ETE e a criação de procedimentos para manejo adequado de resíduos sólidos de coleta seletiva e logística reversa obrigatória, baseados nas legislações vigentes, acordos setoriais e termos de compromissos firmados. **5. Informes Gerais:**

A Sra. Célia iniciou os informes falando sobre o grande número de participantes nas palestras que a câmara realizou no 1º Simpósio dos Comitês PCJ “Gestão das Águas: Construindo o Futuro Sustentável” realizado nos dias 30 de julho a 3 de agosto de 2012 em São Pedro. Informou sobre a participação de membros dos Comitês PCJ no XIV ENCOB com realização em Cuiabá nos dias 04 a 09 de novembro. A Sra. Célia passou a palavra para Sra. Maria Elizabeth Mendes Lopes Botan, representante titular do DAE de Jundiaí, que solicitou à Câmara a elaboração de um ofício ou um comunicado para ser enviado ao Sr. Secretário – executivo dos Comitês PCJ Luiz Roberto Moretti para solicitar junto ao Ministério do Meio Ambiente informações quanto ao novo parecer sobre os padrões de lançamento de ETes. O Sr. Adilson explicou que para tratamento de esgoto sanitário, pelas tipologias de estações de tratamento que temos no país, pensando nas estações do Estado de São Paulo, é difícil chegar a 20 mg/l de nitrogênio amoniacal. Disse que em conversa com o Sr. Regis Neto, Gerente do Setor de Tratamento de Efluentes da Cetesb e representante junto ao CONAMA, existem duas linhas de pensamento sobre o assunto. O 1ª é criar padrões de medição para ETes dependendo da localização e do grau de saturação de determinada região e a 2ª linha pensamento é trabalhar com a qualidade do corpo receptor deixando de lado o padrão de

emissão e se comprometeu em obter novas informações e posição da CETESB sobre o assunto. A Sra. Maria Elizabeth Mendes Lopes Botan solicitou também a vinda de uma pessoa na Câmara para falar sobre a importância do reuso da água e esclarecimentos sobre o assunto. O Sr. Adilson fez algumas considerações explicando que na parte de gestão de recursos hídricos existe o uso consultivo onde, ao seu pensar, o reuso tem que ser precedido pelo licenciamento ambiental emitido pela CETESB e outorga do DAEE. Comprometeu-se também em trazer alguém da Câmara Técnica de Saneamento do Estado de São Paulo para proferir sobre o assunto. O Sr. Adilson informou sobre a Semana da III Tecnologia em Foco, que será realizada na FT-UNICAMP de 22/10 a 26/10/12 onde serão apresentadas diversas palestras na área de saneamento ambiental de interesse dos membros da CT-SA. Colocou para Câmara a idéia de se criar, na Bacia, um índice municipal de desenvolvimento de saneamento visando levantamento de dados e medições no que se refere ao saneamento básico nos termos água, esgoto, águas pluviais e resíduos sólidos e solicitou manifestação, para a próxima reunião, quanto ao interesse dos membros na criação de um grupo para elaboração do estudo. A Sra. Célia dá sua opinião esclarecendo que pode ser feito um Termo de Referência para apresentar aos Comitês PCJ como demanda induzida regional. A Sra. Célia encerrou a reunião informando que a nova data para a inscrição de projetos FEHIDRO, junto aos Comitês, passou a ser janeiro/2013 devido a mudança das prefeituras. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Célia agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião na qual eu, Helen Luzia Bressan Damiano, secretária “ad hoc”, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pela coordenação desta Câmara Técnica.

Célia Maria Campos de Moraes
Coordenador da CT-SA

Adilson José Rossini
Coordenador-adjunto da CT-SA

Helen Luzia Bressan Damiano
Secretária da CT-SA